



Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

continuação

O Balanço Patrimonial do Exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foi reclassificado, quando aplicável, para fins de comparabilidade, entretanto, tais reclassificações não estão relacionadas a Lei nº. 11.638/07 ou a MP 449/08, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL**ATIVO CIRCULANTE**

	Publicado	Reclassificado
Outros	58.182	33.911
Total do Ativo Circulante	702.385	678.113

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Partes relacionadas.....	539.502	563.774
Total do realizável a longo prazo	875.093	899.365
Total do Ativo Não Circulante	2.747.224	2.771.496

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	99.375	100.249
Outros	21.089	18.694
Total do passivo circulante	631.662	618.905

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	508.762	512.741
Partes relacionadas.....	-	1.521
Obrigações do programa de eficiência energética	-	11.236
Outros	174.257	119.512
Total do passivo não circulante.....	1.706.426	1.719.183

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

As alterações efetuadas na Lei das Sociedades por Ações tiveram como principal objetivo sua atualização, o que possibilitará o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB (International Accounting Standard Board). As mudanças introduzidas na Lei das Sociedades por Ações causaram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, entre tais se destaca os seguintes efeitos:

a) Os ativos registrados no ativo imobilizado e intangível foram submetidos a teste de "impairment", conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 527/2007, concluindo que nenhum ajuste era necessário;

b) Os contratos de arrendamento mercantis, que transferem riscos e benefícios foram analisados e registrados como ativo imobilizado, em atendimento a Deliberação CVM nº. 554/2008;

c) Os custos de captações de empréstimos e financiamentos e emissão de títulos foram reclassificados como redutores dos respectivos passivos, sendo que suas apropriações passaram a ser feitas com base na taxa efetiva da operação, conforme Deliberação nº. 556/08;

d) Para as contas de ativo e passivo de longo prazo, procedeu-se a devida análise dos itens suscetíveis de ajuste a valor presente, conforme Deliberação CVM nº. 564/08, concluindo que os principais efeitos estão relacionados com as rubricas "Consumidores", "Impostos e Contribuições a Compensar" e "Indenização Trabalhista - Plano Bresser";

e) A Companhia possui diversos instrumentos financeiros. Após a análise dos mesmos, adotou-se a mensuração dos derivativos representados por contratos de SWAP, pelo valor justo por meio do resultado, conforme Deliberação CVM nº. 566/08;

f) A Companhia não procedeu, para fins de comparação, o ajuste retroativo de suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007. Desta forma, os ajustes quando referentes a sua mensuração inicial, retroagiram aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, conforme facultado na Deliberação CVM nº. 565/08;

g) Os efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007, em função da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08, são apresentados a seguir:

	Patrimônio Líquido Dez/07	Resultado 2008
Saldo anteriores aos ajustes da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08.....	1.111.521	40.399
Registro dos contratos de arrendamento mercantis.....	(1.650)	(68)
Ajustes a valor presente de ativos e passivos de longo prazo.....	30.585	(10.439)
Ajustes de instrumentos financeiros derivativos.....	(10.533)	8.071
Ajustes nas reclassificações dos custos de transações pela TEJ.....	42	(11)
Efeitos tributários sobre ajustes da Lei nº. 11.638/07 e nº. MP 449/08	(6.832)	809
Saldo após os ajustes da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08.....	1.123.133	38.761

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários: São registrados ao valor de custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. A companhia procedeu o cálculo do valor justo em 2007 e 2008 das aplicações financeiras com base nas taxas de mercado nas respectivas datas, apurando que o valor de mercado é próximo ao valor contabilizado.

Consumidores: Incluem o fornecimento e suprimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas, registrados de acordo com o regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída por um montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Estoque (Inclusive do Ativo Imobilizado): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento

classificados no Ativo não Circulante - Imobilizado (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: O saldo remanescente refere-se a bens destinados a uso futuro, como terrenos, edificações, obras civis, máquinas e equipamentos não incluídos no processo de desverticalização da Companhia.

Intangível: Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como *softwares* e *serviços de passagem*. Os ativos intangíveis serão amortizados somente caso sua vida útil poder ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados como de vida útil indefinida, sendo assim sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

Imobilizado: Inclui os itens que se referem a bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transferiram os benefícios, os riscos e o controle dos bens. Está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, às taxas anuais de acordo com a Resolução ANEEL nº. 240 de 05 de dezembro de 2006. Os ativos imobilizado têm o seu valor testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. No ano de 2008 o ativo imobilizado foi submetido a teste de recuperabilidade.

Arrendamento Mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, este é reconhecido como um ativo da Companhia e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

Reserva de reavaliação: É realizada em proporção à depreciação e alienação dos ativos imobilizados reavaliados, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliações até a sua efetiva realização conforme permitido no art. 6º. da Lei nº. 11.638/2007.

Custos indiretos de obras em andamento: Parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso, com base em critérios adequadamente fundamentados.

Atualizações de Direitos e Obrigações: Quando sujeitos a reajustes, por força contratual ou dispositivos legais, pelos efeitos da inflação ou variação cambial, estes foram atualizadas até a data do balanço, e ajustados a valor presente, quando aplicável, tais como em situações em que as referidas taxas contratuais forem inferiores às condições de mercado.

Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/ financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros no período como despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo imobilizado em curso.

Provisão para passivos contingentes: As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos, na avaliação da administração e dos assessores legais em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e outros fatos contingenciais conhecidos nas datas dos balanços.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. De acordo com o art. 15º da Medida Provisória nº. 449/2008, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, através do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica-DIPJ do ano calendário de 2008. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas considerando os efeitos da opção pelo RTT.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes. A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores são apurados e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº. 371/00.

Derivativos: A Companhia firma contratos de instrumentos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos de derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais ou especulativos.

Estimativas: A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Sociedade se baseie em julgamento para determinação e o registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como, a divulgação de informações suplementares das suas demonstrações financeiras. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Resultado: As receitas de fornecimento de energia elétrica foram mensuradas com base no regime de competência, incluindo a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição até o encerramento das demonstrações financeiras, não estando limitado apenas à conclusão do processo de faturamento e a consequente emissão física da respectiva conta.